

Sem motivos para comemorar o Dia Internacional da Mulher

Karina Janz Woitowicz*

Índice

1 Condições históricas na oposição entre os sexos	2
2 Conquistas e direitos na trajetória das lutas feministas	7
3 Imagens e Consensos da Mulher na Mídia	10
4 Referências Bibliográficas	11

“A imagem da mulher, em peças de vanguarda, romances, filmes e nas novelas de televisão, é ou a de mães, monstros canibais devoradores de homens ou, então, a de lolitas, objetos sexuais – e objetos sexuais não de impulsos heterossexuais, mas sadomasoquistas”

(Betty Friedan, ativista dos direitos da mulher, em discurso feito em 1969 nos EUA)

Foram 129 mulheres queimadas vivas em Nova York por buscarem melhores condições de trabalho, em 1827. Este episódio representou um marco na luta das mulheres, sendo lembrado e comemorado desde 1920 em vários países. No entanto, foi somente

em 1975, quando a ONU (Organização das Nações Unidas) instituiu o Ano Internacional da Mulher, que o dia 8 de março ficou reconhecido mundialmente como uma data ligada aos direitos igualitários.¹ Novos grupos e publicações feministas que discutiam o papel secundário atribuído à mulher na sociedade se organizaram a partir daí no reconhecimento de conquistas e situações de opressão, contando com a participação de diferentes setores sociais: trabalhadoras, intelectuais, ecologistas, negras, lésbicas, porta-

¹ A origem do dia 8 de março não é consenso entre os pesquisadores; contudo, é inegável que se trata da busca pelo reconhecimento das causas femininas, especialmente das operárias. “A referência histórica principal das origens do Dia Internacional da Mulher é a II Conferência Internacional das Mulheres Socialistas em 1910, em Copenhague, na Dinamarca, quando Clara Zetkin propôs uma resolução de instaurar oficialmente um dia internacional das mulheres. Nessa resolução, não se faz nenhuma alusão ao dia 8 de março. (...) Houve greves e repressões de trabalhadores e trabalhadoras no período que vai do final do século XIX até 1908, mas nenhum desses eventos até então dizem respeito à morte de mulheres em Nova York, que teria dado origem ao dia de luta das mulheres. Tais buscas revelam que não houve uma greve heróica, seja em 1857 ou em 1908, mas um feminismo heróico que lutava por se firmar entre as trabalhadoras americanas.” (<http://www.sof.org.br/femini/8demarco.htm>)

*Jornalista, professora Ms. do curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG-PR).

doras de deficiências, lideranças comunitárias e donas de casa.

Ao denunciarem inúmeras injustiças e desigualdades, o Movimento de Mulheres, ou feminismo, buscou romper com as imposições de uma sociedade patriarcal e legitimar o papel das mulheres na construção de uma sociedade baseada no princípio da igualdade. Gradativamente, alguns direitos foram sendo reconhecidos, no âmbito político, econômico, cultural e familiar. Entretanto, o Dia Internacional da Mulher e o momento de trazer a seguinte reflexão: há condições de comemorar uma cidadania plena da mulher?

O presente texto convida para um percurso pelo universo feminino, permeando conquistas e ideais referentes ao papel da mulher na sociedade, chegando a um retrato do modo como as mulheres costumam ser representadas nos meios de comunicação. Antecipo que o leitor ou a leitora vai encontrar neste texto algumas marcas do pensamento feminista, delineando imagens e contradições em torno da mulher.

Percebe-se, assim, que embora a referência central seja o Dia Internacional da Mulher, o assunto faz parte de uma discussão maior sobre o tratamento cotidianamente realizado pelos meios de comunicação no sentido de confirmar consensos e projetar imagens (por vezes, descoladas da realidade) relacionadas ao papel da mulher na sociedade. Basta passar o olho nos cartazes de uma banca de jornal para comprovar os flagrantes de um sexismo jornalístico... como a mulher é tratada nas fotos, em comparação aos homens? Um homem é descrito pela sua profissão (ainda que “desempregado”), enquanto uma mulher é sempre uma mulher, mesmo que trabalhe fora? Os mitos e ide-

ais do consumo são projetados para homens e mulheres na mesma proporção? As qualidades das mulheres são tratadas no limite dos aspectos físicos?

Eis aqui algumas provocações que demonstram que, apesar de uma série de conquistas sociais e trabalhistas, ainda estamos distantes de conviver em condições igualitárias... aprimorando o olhar, veremos questões de gênero nas entrelinhas dos diversos produtos do mercado jornalístico e de entretenimento.

1 Condições históricas na oposição entre os sexos

Por determinadas convenções e vícios cristalizados no imaginário social, costuma-se ocultar os excluídos da sociedade que buscam modificar o rumo da história. A milenar invisibilidade da mulher no passado é exemplo deste tipo de ‘apagamento’ de atores sociais. O silêncio a respeito das mulheres está presente não somente nas “versões” historiográficas dos grandes fatos e sociedades que marcaram a história da humanidade; segundo Mariana Várzea, reflete também a “desvalorização e submissão da mulher desde a Grécia, quando ela foi considerada um ser irracional e impuro, e, por sua condição maternal, mais próxima dos animais do que dos ‘homens evoluídos’”. Este pensamento que está na base de toda a cultura cristã e, por conseguinte, européia e americana, atribuiu um papel inferior ao ser feminino, que custou todo o século XX para reverter.² Para Cíntia Salomão,

² A religião assumiu a desigualdade entre os sexos nas diferentes vertentes. Deus não tem sexo, mas é pensado como gênero masculino. E, no Gênesis, cria

“A sociedade cristã ocidental, na constituição inicial, procurou abandonar suas referências mitológicas greco-romanas no seu discurso oficial, até culminar na vigilância da tentação e na obrigatoriedade de uma confissão detalhada, numa encruzilhada contra o pensamento e a palavra suspeita. A perseguição e a eliminação sistemática de homossexuais e de mulheres ‘pervertidas’, as regras definidoras dos períodos de proibição e liberação das relações e a pastoral da carne deixam poucas dúvidas quanto ao caráter diretamente repressivo que incidia diretamente na população”.

Michel Foucault, em *A mulher/os Rapazes da História da sexualidade* aborda a questão conjugal como uma das bases para a legitimação de valores hegemônicos no período greco-romano. Ao reconhecer diferentes ‘papeis’ ligados ao sexo, à moral e à religião para homens e mulheres, percebe-se que a submissão da mulher e a negação do homossexualismo são condições legitimadas historicamente e cristalizadas nos hábitos culturais de diferentes épocas.

Segundo o filósofo, o casamento compõe uma moral individual e social: “o princípio de ter que se casar está fora do jogo comparativo entre as vantagens e os aborrecimentos do casamento; ele se expressa como a exigência para todos de uma escolha de vida que se dê a forma do universal porque e conforme a natureza é útil a todos” (1997: 20).

Esta relação entre uma moral individual e social e a finalidade do casamento tem como parâmetro o vínculo tradicional entre o ato sexual e o casamento, a partir e em função da

o homem primeiro, a mulher depois, e para ele. Tal mentalidade secular inda hoje incide sobre a condição de submissão da mulher.

necessidade de ter uma descendência. Esse fim procriador figurava, segundo Foucault, entre as razões para se casar; era ele que tornava necessárias as relações sexuais no casamento e que servia de elemento básico para a condenação do adultério e a repressão da sexualidade.³

Segundo o autor, os preceitos conjugais são responsáveis pelo pudor e pelo segredo que envolvem não somente o ato procriador, mas os gestos de prazer, como beijos e carícias. É por estes princípios morais que por muito tempo se dissociou a mulher da sexualidade: “uma boa esposa não deve, por si mesma, tomar a iniciativa em relação a seu marido, mas também não deve se mostrar aborrecida com as iniciativas do marido; a primeira atitude teria algo de atrevido que lembra a cortesã, mas na segunda haveria uma arrogância inamistosa” (1997: 58).

As reivindicações das mulheres (consideradas audaciosas em outras épocas e, talvez, ainda hoje) a respeito das relações amorosas livres, da dissolubilidade do casamento a qualquer momento, da manutenção do concubinato e da defesa dos direitos dos filhos, assim como a liberdade reprodutiva, representaram argumentos de ruptura com este imaginário. Afinal, sabe-se que o controle da sexualidade e da capacidade procriadora da mulher foram e evidentemente ainda são motivo e estímulo de opressão das mulheres.

Com as regras impostas à mulher, basea-

³ Foucault lembra que as escravas eram tratadas de tal forma como objetos sexuais que podia parecer quase impossível proibir um homem de usá-las. “Por um lado, de que maneira se poderia aceitar que um marido tivesse relações com uma serviçal se não se reconhece, para uma esposa, o direito de ter relações com seu servidor? O direito que é contestado de um lado não pode ser atribuído de outro” (1997: 46).

das no pensamento cristão, surgem os tabus principalmente em torno da sexualidade, reservando à mulher a finalidade de procriação. De outro lado, vale reconhecer que com os tabus também surge o erotismo em torno da nudez feminina: “ou santa ou prostituta”, nas palavras de Mariana Várzea. Assim, durante muito tempo, uma mulher ideal era ‘de família’, sabia bordar, agradar, parir, mas ler, nem pensar... pesquisadores reconhecem que somente no século XIX o Brasil percebeu que a população feminina merecia ser educada. Conforme observa Várzea, a primeira legislação relativa à educação feminina surgiu em 1827 e permitia apenas a criação de escolas elementares, somente de meninas.⁴

As regras em torno da ideologia patriarcal definem-se, neste sentido, como um sistema de dominação sexual que não permite à mulher o desenvolvimento de determinadas funções sociais. De acordo com Michelle Perrot, “o militar, o religioso, o político, como as três ordens da Idade Média, constituem três santuários que fogem às mulheres. Núcleos de poder, são os centros de decisão, real ou ilusória, ao mesmo tempo que símbolos da diferença dos sexos” (2002:107). A repressão às mulheres foi forjando, ao longo do tempo, argumentos para a oposição entre os sexos. Conforme observa Perrot, “existiam lugares completamente proibidos às mulheres – políticos, judiciários, intelectuais e até esportivos... – e, outros, que lhes são quase exclusivamente reservados – lavanderias, grandes magazines, salões

⁴ Contra a desigualdade nas mais diversas esferas sociais, surgiram os primeiros periódicos feministas no Brasil: “O Sexo Feminino”, fundado em 1873 e o “Jornal das Senhoras”, o primeiro jornal editado por mulheres no Brasil, que buscavam acima de tudo a igualdade entre os sexos.

de chá” (2002:37). As fronteiras entre os sexos no século XIX se manifestam nos espaços públicos e na proibição de determinados hábitos como o cigarro, as calças e os cabelos curtos, exclusivos para os homens. Mesmo com todas as restrições, a mulher vai aos poucos encontrando formas de se inserir no ambiente social, principalmente através da leitura e da escrita.

“A idéia de que a natureza das mulheres a destine ao silêncio e à obscuridade está profundamente arraigada em nossas culturas. Restritas ao espaço do privado, no melhor dos casos ao espaço dos salões mundanos, as mulheres permanecem durante muito tempo excluídas da palavra pública. (...) Sem o poder, como as mulheres ganham influência nas redes durante tanto tempo dominadas pelos homens? Primeiro, pela correspondência, depois pela literatura e, por fim, pela imprensa” (2002:59).

Importante lembrar também que a imprensa se constitui, no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, como um universo exclusivamente masculino, de que as mulheres vão lentamente se apropriando. “Os cafés, círculos e clubes, as salas de leitura, onde se lêem principalmente os jornais, são reservados aos homens. Todavia, as mulheres se insinuavam no jornal pelos rodapés, que lhes eram progressivamente reservados, sob forma de crônicas de viagens ou mundanas e sobretudo de romances-folhetins, cada vez mais femininos por suas intrigas, suas heroínas e até por sua moral. (2002:77)

Uma diversidade de acontecimentos marca a trajetória da mulher: rupturas políticas, revoluções, guerras, lutas nacionais, além de aspectos científicos e filosóficos. As mulheres conquistam com muito esforço a escrita e as artes plásticas, mas a arquitetura,

a música e o campo dos saberes permanecem distantes do seu universo. Essas divisões, enquanto não rompidas, atribuíam à mulher a sua condição de inferioridade.

A mulher se insere no mercado de trabalho – como operária, enfermeira, secretária e professora – somente a partir do século XX, com o crescente processo de industrialização. A visível diferença de salários em relação aos homens se tornou uma das principais bandeiras da época, denunciando situações de exploração. É somente em 1943 que a mulher passa a trabalhar livremente, sem depender da autorização do esposo – uma conquista da Frente Única de Mulheres.

Ao denunciarem as injustiças e contradições sociais, as mulheres foram construindo o seu espaço: o salário feminino, a pílula anticoncepcional, a subversão de limites, foram se insinuando como conquistas irreparáveis das mulheres. No entanto, campos como a política e a religião permaneceram hostis ao universo feminino.

“O acesso das mulheres ao poder político sempre e em toda parte foi difícil. A cidade grega, primeiro modelo de democracia, excluía-as radicalmente. No mundo contemporâneo, a parte das mulheres nas instâncias representativas está longe de ser igual em todos os países. Elas chegam com frequência ao poder executivo como substitutas, prosseguindo uma tradição familiar ou em caso de crise, que ativa o mito da mulher salvadora” (2002:118).

O voto para e nas mulheres – bandeira do feminismo sufragista e argumento que mobilizou as mulheres em diferentes países – é considerado uma das principais conquistas na luta pela igualdade. Embora o processo de aceitação da mulher eleitora tenha se dado em ritmo bastante lento, marcado pela dis-

criminação e pelo preconceito (sustentado na idéia de que cabe à mulher a casa e a família, e não decisões políticas), o significado do voto representou uma arma de transformação social.⁵

Paralelamente a esse processo de conquistas, desenvolve-se na sociedade outro processo que ‘atualiza’, em escala mundial, um sistema de crenças secular (normalizador de costumes) baseado no mito da beleza e da estética. A formação de um grande mercado consumidor de cosméticos, academias de ginástica e cirurgia plástica demonstra que o discurso da beleza é uma das características mais marcantes do pensamento social e também do jornalismo, alimentado pela indústria estética, conforme demonstram inúmeras revistas e periódicos voltados ao público feminino.

O feminismo foi um dos primeiros movimentos – segundo aponta Cíntia Salomão no texto “O mito da beleza na imprensa brasileira e as formas contemporâneas de poder” - a identificar no mito da beleza “uma ideologia política de largo alcance a controlar as mulheres, modernizada pela mídia desde o surgimento das primeiras fotografias de ‘belas’ mulheres nuas, em 1840, que eram prostitutas”, refletindo um sistema de opressão.

Implícita ou explícita, a mensagem rotineira dos *media* em torno dos ideais de beleza reduz a mulher a um corpo em evidência – socialmente aceito ou publicamente depreciado – construindo assim um imaginário social que engloba “a cobrança da beleza física como padrão incorporado ao dia a dia”. Embora a veemência do discurso da beleza

⁵ As americanas conquistaram o direito ao voto em 1920, as brasileiras em 1934 e as francesas somente em 1944.

seja inquestionável na mídia contemporânea, a adoção de valores e costumes ligados a este mito ainda não foi percebida como integrantes também de um tipo de manipulação jornalística que está – de forma histórica e simbólica – profundamente relacionada com os esquemas de opressão e poder.

Segundo dados divulgados pela revista *Carta Capital*, em 5 de março de 2003, o Brasil ocupa o segundo lugar no ranking mundial de cirurgia plástica, e se coloca em um representativo lugar no mercado de cosméticos, o que demonstra a presença do ideal da beleza no imaginário social.

“Com mais de 350 mil operações anuais, o Brasil só perde, na disputa, em números absolutos, para os Estados Unidos, que registram cerca de 500 mil cirurgias. Se o cálculo for proporcional à população, entretanto, o título é brasileiro.

Esta ‘performance’ tem poderosas raízes psicológicas, na forma como os brasileiros se vêem. De acordo com uma pesquisa do Instituto Gallup, feita no Brasil, EUA, Canadá, Austrália e França, 61% dos brasileiros têm a certeza de ser um físico atraente algo decisivo para alguém prosperar na sociedade. Nos outros países, na média, tal convicção não ultrapassa os 26%”.

Alguns estudos já buscaram associações entre as imagens da mídia e o modo como as mulheres se reconhecem. A crítica em torno da vulgarização da mulher é praticamente consenso, entretanto, não se identifica no País movimentos de repúdio a estas imposições.⁶ Além disso, a transformação da mu-

⁶ O artigo “O véu sobre o vazio”, de Regina Fabbrini, traz uma abordagem interessante sobre a representação do universo feminino: “Os parâmetros de como se deve ser e de como se deve viver estão exibidos escancaradamente nas revistas especializadas,

lher em objeto pode ser encarada como justificativa para violência da mulher. Afinal, conforme demonstra o texto da *Carta Capital*, “objetos existem para ser usados, não para ter vontades”.

Estas imagens congeladas da beleza feminina perfeita acabam por apresentar uma única e oficial versão do feminino, em que poucas mulheres se enquadram, mas que todas devem ter como ideal. Ao ‘radiografar’ todas as partes do corpo da mulher – dirá Regina Fabbrini em artigo da *Carta Capital* – a mídia paradoxalmente alija o feminino, reproduzindo a velha e conhecida lógica, travestida de inovações no mundo da mulher.

O imaginário coletivo sistematicamente inferiorizado e humilhado ao longo da história deixou profundas heranças no reconhecimento da identidade feminina. Os reflexos deste processo de legitimação se verificam cotidianamente na sociedade e nos meios de comunicação sempre que se percebe a mulher exclusivamente pelas suas características de mãe, dona de casa e, ainda, objeto sexual. O trabalho orquestrado dos meios de comunicação em promover a imagem negativizada da mulher – ligada às futilidades e modismos, aos instintos sexuais masculinos e a exclusão dos espaços econômicos e principalmente políticos – acaba por ignorar o papel da mulher como cidadã, reiterando

onde a palavra privacidade é quase ofensiva e a discriminação, um acidente. Imagine, então, ousar comentar em voz alta o exagero disso tudo, a violência e o caráter invasivo dessas mulheres, reduzidas a suculentos pedaços de carne a ser exibidos – iscas para desejos incompreensíveis e inconfessos – e que são apresentadas como representando os ideais femininos de perfeição, que apenas as invejosas, feias, mal-amadas, trubufus e celulíticas buscariam questionar!” (*Carta Capital*, 05/03/03)

estereótipos e ignorando outras possíveis expressões da identidade feminina.

2 Conquistas e direitos na trajetória das lutas feministas

Para situar a condição feminina ao longo de diferentes épocas, é importante ter presente um breve resgate do feminismo, tomando como referência alguns estudos realizados no Brasil e na América Latina. Vale destacar que não há uma forma consensual de compreender o movimento feminista, uma vez que diferentes vertentes ideológicas e lutas dirigidas demarcam sua presença. O feminismo, como ideologia, busca defender os direitos de metade da humanidade e os ideais igualitários. Como posição ideológica e ação política, contudo, foi satanizado em suas primeiras reivindicações (e ainda hoje e alvo de crítica e ironia de posturas sexistas).

A pesquisadora Ana de Miguel divide a história do movimento feminista em três grandes blocos: feminismo pré-moderno, que tem como origem a resistência ao poder patriarcal e ao puritanismo de meados do século XVII, quando os salões começam a constituir espaços públicos capazes de gerar novas normas e valores sociais a partir da presença da mulher; feminismo moderno, que tem como raiz a Revolução Francesa e supõe, com a participação das proletárias, uma efetiva radicalização do projeto igualitário, legitimando demandas de direitos em diferentes campos e feminismo neomoderno, a partir dos anos 1960, quando algumas conquistas já haviam se efetivado, mas era preciso uma transformação na forma de compreender a mulher na sociedade. Este último tem na obra de Simone de Beauvoir uma re-

ferência fundamental na reflexão de que as mulheres viviam em uma sociedade quase-igualitária, mas ainda estariam marcadas por uma identificação de mãe e esposa, o que estaria cerceando a possibilidade de realização pessoal e culpando aquelas que não eram felizes cumprindo estes papéis.⁷

⁷ Para situar melhor estes desdobramentos das fases do feminismo no mundo, traremos os principais elementos dos estudos de Ana de Miguel. Primeiramente, no que se refere ao feminismo pré-moderno, é importante destacar que, especialmente na Inglaterra, era comum a punição a aquelas que desafiavam o poder patriarcal. Assim, as freqüentes acusações de bruxaria contra as mulheres ao longo dos tempos, e sua conseqüente queima, eram consideradas um justo contrapeso ‘divino’ para responsabilizar tais ações. Ao confirmar a hegemonia masculina, as instituições de poder forjam no pensamento social do século XVII os valores do pecado e da traição atrelados à figura feminina. As mulheres que se opunham a estas idéias e valores iniciaram então um movimento de questionamento à sociedade dominante, caracterizando as primeiras manifestações organizadas de luta pelos direitos da mulher.

O feminismo moderno, entretanto, é o que consegue conciliar o idealismo com conquistas concretas voltadas aos direitos da mulher. Entendendo a organização das mulheres como um projeto político capaz de construir um sujeito coletivo revolucionário, parte da premissa de que todos ‘nascem livres e iguais, portanto, com os mesmos direitos’. Durante a Revolução Francesa ficam evidentes não somente o protagonismo das mulheres nos sucessos revolucionários, como a aparição de contundentes demandas de igualdade social, em termos de direitos civis e políticos.

Segundo Ana de Miguel, no século XIX o feminismo aparece, pela primeira vez, como um movimento social de caráter internacional, com uma identidade autônoma teórica e organizativa, ocupando um lugar importante junto a outros movimentos sociais, como o socialismo e o anarquismo. Surgem, então, diferentes ramificações do feminismo, como o movimento sufragista - de caráter anticlassista, considerava que, uma vez conseguido o voto e o acesso ao parlamento, poderiam promover modificações nas leis e instituições -, o feminismo socialista - que conde-

O neofeminismo traz em sua base um novo ressurgir do movimento, apresentando abordagens de luta que caminham do liberal para o radical. Na primeira vertente, Betty Friedan liderou a formação de uma das organizações feministas mais poderosas dos Estados Unidos, a Organização Nacional para as Mulheres (NOW), lutando pela igualdade entre os sexos. O feminismo radical, por sua vez, tem nos anos 60, de intensa agitação política, a exposição das contradições de um sistema que tem sua legitimação na universalidade de seus princípios, mas que na realidade é sexista, racista, classista e imperialista. O caráter contracultural do movimento feminista radical buscava despertar a consciência latente que todas as mulheres têm sobre a opressão; o ativismo dos grupos radicais resultou em diversas manifestações e marchas de mulheres em torno de polêmicas como o trabalho igualitário e o aborto. Como resultado das organizações mais recentes de mulheres surge também o feminismo da diferença, ou feminismo cultural (anos 1970), formado por defensores da diferença entre os sexos. Ao partir da diversidade característica das sociedades contemporâneas, esta vertente valoriza a singularidade de variáveis que interagem com as relações de gênero,

nava a moral familiar, tema que não se atraviam os reformadores sociais da época, considerando o celibato e o matrimônio indissolúvel como instituições repressoras e causa de injustiça e infelicidade -, o socialismo marxista – que articulou a chamada questão feminina em sua teoria geral da história e ofereceu uma nova explicação (social, não biológica) da origem da opressão das mulheres e uma nova estratégia para sua emancipação – e o movimento anarquista – que articulou com precisão a igualdade entre os sexos, tendo entre as idéias mais recorrentes a de que as mulheres se liberariam graças à sua ‘própria força’.

como a raça, a nacionalidade, a etnicidade, a preferência sexual, etc.

O feminismo possui mais de dois séculos de história como movimento social. Desde o início das primeiras sociedades democráticas, baseadas no clássico princípio “todos os homens nascem livres e iguais”, as mulheres constataram o seu caráter excludente... “menos as mulheres, que nascem subordinadas e inferiores”. Esta contradição de uma democracia sem mulheres, apontada pela pesquisadora Ana de Miguel Álvarez no artigo “Movimiento feminista y redefinición de la realidad”, marcou a trajetória do movimento...

“Excluidas del ámbito público y de la ciudadanía de forma sistemática los primeros movimientos, la teoría y la práctica feministas, se centraron en legitimar y organizar lo que podemos denominar las políticas de la inclusión. A lo largo de todo el siglo diecinueve sufragistas y socialistas no cesaron de luchar por cambiar el inmutable destino que la llamada “era de los cambios” continuaba asignando a las mujeres.

Ya en el siglo XX y tras la conquista de los derechos políticos, las mujeres comprobaron las enormes dificultades que comportaba su acceso igualitario al ámbito público, donde más que con un techo de cristal se topaban con un auténtico muro de hormigón armado. Constatar la insuficiencia de los derechos formales llevó al feminismo a un nuevo resurgir organizativo y a una etapa de gran vitalidad y creatividad teóricas.” (2000:02)

... e se esboça, ainda hoje, com desconfortante naturalidade, como sugere o artigo “Os estudos de gênero no Brasil”, de Susana Veleza da Silva:

“(...) não podemos deixar de mencionar que embora a mulher esteja participando ati-

vamente no mercado de trabalho, as relações sociais ainda são marcadas por relações de gênero. Trabalhadores e trabalhadoras são inseridos no mercado de trabalho marcados por desigualdades atribuídas ao sexo. A diferença salarial entre homens e mulheres que exercem a mesma função é cada vez maior no País. Em recente pesquisa o Ministério do Trabalho constatou que as mulheres estão recebendo em média dois terços do salário do homens em todos os setores da economia.”

No livro *O dilema da cidadania*, Gabriella Bonacchi e Ângela Groppi discutem diferentes aspectos ligado a cidadania civil, política e social das mulheres, considerando a Declaração dos direitos da mulher e da cidadã, de Olympe de Gouges, redigida em 1791, um documento que marca época na história das idéias, pois contesta a restrição masculina do conceito de igualdade, interpretado como a busca pela equiparação ou assimilação a posição do homem.⁸

“As mulheres, como se sabe, foram longamente excluídas da cidadania por causa não só dos interesses da comunidade familiar, como também da sua diferença em relação aos ‘iguais’ – os homens. (...) As dificuldades da posterior inclusão, portanto, não seriam tanto ou apenas um fenômeno de atraso ou resistência, mas indícios daquela oposição constitutiva, que construiu as mulheres

⁸ “Não se deve esquecer que e no novo clima criado pelo governo revolucionário que toma corpo a Declaração dos direitos do homem e do cidadão em 1789, universalmente reconhecida como momento fundador dos modernos direitos a liberdade e a igualdade. E é na época da Revolução Francesa que se prepara a construção concreta e não linear daquele modelo de cidadania que atravessou o Ocidente europeu nos últimos duzentos anos e do qual as mulheres permaneceram muito tempo excluídas.” (1995:12)

como não-cidadãs – ou melhor, como não capazes de cidadania -, porque as construía como esposas e mães de cidadãos, ou seja: ao mesmo tempo como sujeitos eminentemente familiares e responsáveis pela unidade familiar.” (1995:207)

Se a ordem social se constitui com base na diferença de gênero, o fato de que esta diferenciação relegue as mulheres à esfera familiar representa uma maneira de oferecer a elas uma cidadania incompleta, não autônoma, baseada na mera adaptação, ou assimilação, dos direitos dos homens. Sabe-se que a efetiva igualdade entre os sexos – em termos de direitos e de oportunidades – ainda tem importantes barreiras para se concretizar. O texto “Dos direitos do homem aos direitos humanos”, de Renata Thereza Fagundes Cunha, veiculado na *Gazeta do Povo* no dia 8 de março de 2003, traz alguns elementos que explicitam esta questão:

“As relações entre os gêneros permanecem pautadas em entendimentos reforçadores de desigualdades. (...) Entre a população mundial considerada pobre ou miserável, conforme indicadores sociais da ONU, a maioria é composta por mulheres. Fenômeno crescente, a “feminização da pobreza” tem reflexos automáticos no conjunto social. A constatação dos dados reveladores da dinâmica sócio-cultural da violência, tortura, coerção, abuso sexual, fome e privação econômica que atinge as mulheres constitui a base teórica sobre a qual se sustentam as reivindicações dos grupos de mulheres para que seus direitos sejam incluídos de forma específica numa declaração universal sobre direitos humanos. As motivações para tais reivindicações localizam-se historicamente, pois inúmeras pesquisas na área das Ciências Sociais e Humanas apontam que os homens têm tido

melhores e maiores oportunidades de participação no espaço público/político, resultando numa não priorização dos direitos das mulheres.”

Sabe-se que, hoje, as organizações feministas têm certamente menos brilho do que há 30 anos⁹, quando bandeiras como o direito ao aborto, a consumação da igualdade civil educativa, a luta contra a violação, o assédio sexual e o trabalho feminino contestavam a lógica dominante. No entanto, é preciso perceber que as organizações renovam-se, reformam-se de acordo com outros desafios: hoje, o da paridade em matéria política e, ainda, o da autonomia sexual.

Também é preciso registrar que a violência contra as mulheres, fenômeno conhecido atualmente como ‘terrorismo doméstico’, apresenta números alarmantes em todo o mundo. É inegável reconhecer que o feminismo conquistou importantes melhoras na vida das mulheres, especialmente nos países ocidentais, mas a desigualdade sexual continua reproduzindo-se sem maiores problemas e constrangimentos. E isso, entretanto, não é pauta quando se fala no Dia Internacional da Mulher.

3 Imagens e Consensos da Mulher na Mídia

Ilustrativo do modo como a mulher é representada na mídia são as revistas femininas, sustentadas na fórmula “casa, beleza, família”, que acabam por projetar uma imagem

⁹ Com a característica conservadora da década de 80, as manifestações de força e vitalidade do feminismo convivem com uma morte aparente. No entanto, é preciso reconhecer que o feminismo continuou vivo através de agentes políticos e como um conjunto de práticas discursivas de contestação.

parcial do feminino, uma vez que se limitam a oferecer dicas de sexo, beleza e decoração sem tampouco discutir as reais condições de (des)igualdade entre os sexos. Ao contrário, tais publicações apenas contribuem para que se confirme a hegemonia masculina, uma vez que a satisfação (pessoal, sexual, profissional, etc) sempre se dá em relação ao outro. Afinal, como conciliar as demandas atuais de lutas e conquistas aos discursos de moda, beleza, projeção social e descaso com as questões sociais?

O que transparecem são fragmentos, pedaços descolados do universo feminino que as publicações procuram forjar, em nome de uma unidade aparente em torno da condição da mulher na sociedade contemporânea. Enquanto isso, as figuras anônimas que cotidianamente travam suas lutas em defesa da igualdade permanecem sem rosto, sem voz e sem nome reconhecidos nas páginas da história.

Por isso, falar sobre a condição da mulher na sociedade contemporânea, relacionando-a às imagens projetadas nos meios de comunicação, é uma tarefa praticamente inesgotável, tão numerosas são as expressões do sexismo no campo da comunicação.

Os ideais do feminismo continuam vivos, pois a sociedade ainda não convive com estruturas igualitárias em termos sociais, políticos e econômicos. No entanto, os media – por miopia ou comodismo – acabam por silenciar as expressões da identidade feminina, reduzindo-a a sexualidade e modismos. Se isso tudo não é absolutamente inovador, ou ainda permanece nos limites do senso comum, ainda assim defendo a pertinência de discutir este tema, uma vez que o entendimento sobre as práticas discursivas como legitimadoras de modos de compreen-

der a realidade permanece praticamente ignorado, principalmente quando se trata de reconhecer preconceitos e estereótipos.

Sabemos que a imprensa trabalha e cria consensos, opera com dados em um primeiro momento explícitos e que vão se tornando cada vez mais implícitos, figurando então como verdades ou pressupostos intocáveis. Também a mulher pode ser situada neste contexto, uma vez que o discurso família/casa/objeto sexual, embora algumas vezes contraditório, constrói cotidianamente representações da mulher, praticamente inquestionáveis. Através da ação do jornal, para fazer referência a Michel de Certeau, “as narrativas têm o duplo e estranho poder de mudar o ver em crer e fabricar o real com aparências”.

Estas aparências, enquanto resultado do trabalho discursivo dos meios de comunicação, continuam a excluir a mulher dos espaços de representação política e social, ao mesmo tempo em que a mantém refém de um ideal – narcísico e infantil – de participação aparente nos acontecimentos através do mito da beleza e da perfeição, sem notar que se trata de mais uma expressão da ideologia paternalista.

Por fim, resta apenas lembrar que, se a ideologia é feita por práticas cotidianas, o jornalismo constitui um espaço privilegiado de construção de imagens e consensos que, se não devidamente percebidos, continuam a legitimar desigualdades históricas...

4 Referências Bibliográficas

ALSINA, Miquel Rodrigo. *La construcción de la noticia*. Barcelona: Paidós, 1989.

ÁLVAREZ, Ana de Miguel.

“História do feminismo”.
www.creatividadfeminista.org

ÁLVAREZ, Ana de Miguel. “Movimiento feminista y redefinición de la realidad”.
www.creatividadfeminista.org

BONACCHI, Gabriela e GROPPI, Ângela (org.) *O dilema da cidadania – Direitos e deveres das mulheres*. São Paulo: Unesp, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano – Artes de fazer*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

FOUCAULT, Michel. *A Mulher/Os rapazes: da história da sexualidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. São Paulo: Unesp, 1998.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara. *Leituras de mulheres no século XIX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SILVA, Susana Veleza. “Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações”.
<http://www.puc-campinas.edu.br/clc/jornalismo/pci>

SALOMÃO, Cíntia. “O mito da beleza na imprensa brasileira e formas contemporâneas de poder”.
www.usufruto.com.br/usu_eacademico.asp

VARZEA, Mariana. “O feminismo no Brasil”. www.bolsademulher.com

TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: Questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega, 1995.

Carta Capital – ano IX, n.230, 5 de março de 2003

Endereços eletrônicos:

<http://www.mdemujer.org/historia/feminismo/femi.htm>

http://br.busca.starmedia.com/sociedade/grupos_e_culturas/mulheres/Feminismo

<http://anelfem.envy.nu>

<http://chasque.chasque.apc.org/cotidian>